

Em Busca de um Conceito de Historiografia

Elementos para uma discussão

Looking for a Concept of Historiography

Elements for a discussion

JURANDIR MALERBA

*Professor Visitante no Centro de Estudos Brasileiros/
Universidade de Oxford; bolsista CNPq*

RESUMO Partindo de algumas definições verificáveis na recente crítica brasileira, busca-se contribuir para construção de um conceito operacional de historiografia; com base na antiga caracterização da história-realidade-passada e história-conhecimento-presente, procura-se sugerir as potencialidades da historiografia como objeto do conhecimento das sociedades humanas.

Palavras-Chave Teoria da História, historiografia Brasileira.

ABSTRACT Considering some definitions one can find in the recent Brazilian historiographical criticism, one seeks to contribute for the delimitation of an operational concept of historiography; based in the ancient characterization of History as history-as-past-reality and history-as-present-knowledge, one tries to suggest the potentialities of the historiography itself as object for the knowledge of the human societies.

Key words Theory of the History, Brazilian Historiography.

1. Reflexões iniciais

As idéias que procurarei problematizar a seguir são fruto de um investimento de pesquisa de anos, no campo da teoria e da história da historiografia, que foram agora sistematizadas com vistas à elaboração de um novo projeto de pesquisa, o qual orientará minhas investigações nos próximos anos. A pretexto de investigar a história da historiografia brasileira sobre nossa emancipação política, pretendo historiar a evolução da disciplina “história” no Brasil.

Primeira pergunta: porque a Independência?

Por que o tema da Independência atravessou, vigoroso, duzentos anos de história do Brasil. A respeitar as periodizações tradicionais, forjadas no oficialismo monárquico do IHGB e acatadas pela crítica especializada posterior, de Varnhagen a José Honório, a historiografia brasileira teria tido um ato fundador com a edição do primeiro volume da *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*, em 1839¹. Ora, a Independência — no sentido restrito da emancipação política da América portuguesa frente à metrópole europeia, golpe derradeiro no que Fernando Novais consagrou conceitualmente como Antigo Sistema Colonial — é cronologicamente anterior à própria instauração oficial da historiografia.

Foi sob o império dos Bragança que se produziu a *opus magna* da Independência do Brasil, da pena de um dos maiores historiadores brasileiros de todos os tempos, Francisco Adolfo de Varnhagen.² Instaurou-se a República e, ironia, logo viriam as comemorações do Centenário. Foi o pretexto perfeito para a apropriação da memória do grande acontecimento por parte daqueles imbuídos em “restaurar” uma ordem que se perdera e detratar o *status quo*, e outros, firmes no propósito de enxovalhar a velha ordem que já ida tarde, mas resgatando a seu modo o simbolismo da emancipação em prol da causa republicana. Seguiram-se ditaduras, aberturas, renovações políticas, historiográficas, mas o tema manteve-se lá, ícone intocável da brasilidade.

As diversas gerações de historiadores brasileiros, imersos em suas próprias temporalidades históricas, contaram a história da Independência cada qual a seu modo: reiterando teses fundadoras, retificando detalhes equivocados, rejeitando *in limini* aquelas teses e apresentando outras novas. A cada época, foi-se ampliando o acesso a diversos acervos, ao passo que a própria prática historiadora se aprimorava, aperfeiçoan-

1 Outros reconhecem tal ato com a monografia escrita por Karl Friedrich Phillip Von Martius, que ganhou o concurso “Como se deve escrever a História do Brasil”, promovido pelo IGHB em 1844. A tese do naturalista alemão centrava-se na especificidade da trajetória histórica do país tropical, a partir da tese das três raças formadoras.

2 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d. Dois excelentes estudos sobre Varnhagen são: WEHELING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 e ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

do seus instrumentos. A renovação da disciplina histórica acompanhou muito próxima a história da história da Independência do Brasil.

Mas para perscrutar as diversas versões sobre o processo de nossa emancipação política, elaboradas por sucessivas gerações de historiadores, é imperativo o exercício reflexivo sobre a matéria com a qual estamos lidando. É esse o exercício que pretendo fazer hoje aqui, em torno de três eixos: da ambigüidade original do conceito de história enquanto *Res gestae* e *Historia rerum gestarum*; da busca de uma definição de Historiografia; e em torno das implicações da prática da crítica Historiográfica. Um exercício prévio, muito elucidativo das dificuldades conceituais que se enfrenta no campo da história da historiografia, consistirá na observação da polissemia do conceito pela crítica brasileira, que indicarei a partir de dois exemplos, tirados entre vários possíveis.

2. Definições do conceito de historiografia na recente crítica brasileira

A dificuldade em se trabalhar com o campo historiográfico é imensa, na proporção da falta de parâmetros conceituais minimamente estabelecidos para o conceito de "historiografia". Isso é observável, particularmente, no produto de boa parte daqueles que vem se propondo ao exercício da crítica historiográfica e da incipiente história da historiografia no Brasil, de que vou dar alguns exemplos a seguir. Aliás, o número de obras e projetos voltados a esses exercícios ampliou-se sensivelmente na década de 1990 no Brasil. Não sei se nesse rol poderíamos incluir, por exemplo, um livro com o chamativo nome de *Ensaios historiográficos*, organizado por Paulo Alves³, reunião de três artigos de professores da Unesp de Assis. Os ensaios que compõem o livro consistem em capítulos introdutórios de tese de doutorado dos autores, sem qualquer pretensão de análise crítica das respectivas historiografias com que dialogam.

Sem dúvida mais criterioso, mas nem por isso livre de contradições conceituais, é o livro de Ana Maria Burmester⁴, que efetua uma avaliação da produção uspiana na década de 1970. Tese de titularidade em Teoria da História no Departamento de História da UFPr, um de seus pontos fortes, que elege como tema de reflexão a revolução brasileira na historiografia dos anos 1970, é esse quase balanço de toda sua geração, dentro dos quadros históricos delineados politicamente pela ditadura militar e academicamente pela ascendência do marxismo. Com estes limites, seu objetivo foi avaliar como se pensou o tema da revolução no Brasil naquele

3 ALVES, Paulo (org.) *Ensaios historiográficos*. Assis: Autores Associados, 1997. 123 p.

4 BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A (des)construção do discurso histórico; a historiografia brasileira dos anos 70*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997. 141 p

quadrante histórico, tomando como *corpus* documental as teses acadêmicas defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo, notoriamente o mais importante pólo de produção do conhecimento histórico no país naquele momento.

Ao propor-se tal recorte, a autora revisa nos sucessivos capítulos o episódio da “Revolução de 1930”; o tema da revolução em trabalhos acadêmicos que o focaram em outros períodos da história do Brasil, desde o século XVIII até o XX.; as teses que, em vez das grandes transformações revolucionárias ou tentativas de, privilegiaram os chamados momentos de “transição” lenta e gradual da história brasileira, particularmente no século XIX; e, finalmente, no quarto capítulo, “Do modo de ser do capitalismo no Brasil”, já não se atem ao *corpus* documental que caracteriza o trabalho (as teses defendidas na USP), mas propõe-se ser um recenseamento historiográfico das principais matrizes que procuraram definir o capitalismo no Brasil durante o século XX. Nas “Considerações Finais” a autora procura estender a análise que vinha desenvolvendo até os anos 1980, pontuando certas mudanças de orientação na historiografia uspiana, onde surgiram novas temáticas e abordagens de pesquisa em torno, agora, dos assim chamados “heróis anônimos”, onde despontam os temas das mentalidades, da “resistência” e do cotidiano.

Do ponto de vista conceitual, a coletânea organizada por Marcos Cézár Freitas⁵, em princípio um grande balanço da produção historiográfica no Brasil, apresenta alguns nós conceituais apertados. Trata-se de uma coletânea de ensaios historiográficos (nem todos), heterogêneos tanto em sua proposta quanto à abordagem e a abrangência dos mesmos. Na verdade, é praticamente impossível encontrar-se uma unidade que alinhava conjunto tão diverso de material. Isso é facilmente compreensível em função da ausência de um plano de obra vigoroso, fundado em um conceito pré-estabelecido de historiografia. Basta passar os olhos pela impressionista introdução do organizador:

... Talvez a historiografia esteja fadada a ser sempre uma parte da história das idéias (e vice-versa) uma vez que sua ocupação com o registro está impregnada das impressões (fantasmagóricas ou não) do “não registrado”. (p. 9)

Nela, tenta-se justificar o porquê da divisão da obra em duas partes: “Historiografia brasileira: os olhares sobre as fontes” e “Historiografia brasileira: novas fontes para novos olhares”, o que absolutamente não fica esclarecido, mesmo porque, a rigor, nenhum dos dezoito artigos se dedi-

5 FREITAS, Marcos Cézár de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

ca a uma reflexão sobre “fontes”. O que fica é a idéia de um critério subjetivo a partir do qual se colocaria, de um lado, um “balanço” de temas clássicos e, de outro, um conjunto de avaliações de temas “inovadores”. Mas cada conjunto em si impossibilita até essa divisão (basta observar que, entre as “novas fontes para novos olhares”, há um texto anódino sobre “Braudel e os vagalumes”, outro sobre livros didáticos, outro a história dos intelectuais nos anos 50 e ainda um sobre a pintura de Victor Meirelles...)

Enfim, ao concluir-se a leitura dessa coletânea, resta a sensação de que a falta de uma definição teórica e conceitual comprometeu o empreendimento, que resultou numa justaposição de materiais novos e inovadores com coisas velhas e cristalizadas, que absolutamente não acompanham a avalanche da produção historiográfica brasileira, que se assistiu com a profissionalização do campo na década de 1990. Faltou dizer sob qual perspectiva se iria ali focar a historiografia brasileira.

Poderíamos utilizar como mais um exemplo a análise da conceituada historiadora do Varguismo e do Trabalhismo no Brasil. Em *História e Historiadores*, a Prof.^a Ângela de Castro Gomes estuda a política cultural do Estado Novo e o papel dos historiadores nesse contexto, “visando compreender o processo de constituição do saber e da disciplina de História do Brasil em nosso país”, focando o objeto em seu campo de pesquisa, que é o recorte do Estado Novo. Para tanto, utilizou-se da seção “autores e livros” do jornal *A Manhã* e algumas seções da revista *Cultura Política*. Na seqüência dos capítulos, a autora esforça-se por resgatar o que seria a “galeria” dos intelectuais que então eram reconhecidos como historiadores, para em segunda interpretar a “cultura histórica” então vigente:

... minha estratégia para lidar com o trabalho historiográfico (seus nomes, títulos e temas) foi, o que pode parecer estranho, não tomar diretamente a produção histórica profissional, e sim, conforme o dizer de Jacques Le Goff, examinar o que constituiria a ‘cultura histórica’ de uma época. (...) Desejo desde já declarar que tenho insuficiente conhecimento, e seria impossível adquiri-lo em curto espaço de tempo, sobre os autores e obras que conformam essa produção histórica profissional.” (p. 10)

Como destaca a própria autora, sua análise historiográfica é feita a partir das glosas, ensaios e resenhas feitas sobre obras historiográficas e publicadas naqueles veículos. Ela não leu **as obras mesmas**. Enfim, fez um livro sobre “história e historiadores” sem ter lido os próprios, e sim comentários de segunda mão. Aí, parece-me, evidencia-se a carência de rigor conceitual no campo da análise historiográfica no Brasil. Prof. Francisco Falcon, em resenha à obra, chama a atenção para dois problemas.

Primeiro, as ausências, como a de Manuel Bomfim, entre outros. Como não se opera com um conceito claro, é comum nas análises de crítica ou de história da historiografia, a utilização de parâmetros, digamos, impressionistas ou subjetivos, no estabelecimento dos critérios de inclusão/exclusão do que deve entrar na análise. Outro problema, apontado por Falcon, comum à maioria dos analistas historiográficos brasileiros, é o de não trabalhar diretamente com os autores e suas obras, mas com “textos selecionados” de autores “reconhecidos”, leitores e comentadores daqueles que ela quer analisar — tanto da época como posteriores. A dificuldade está no “entrecruzamento de vozes múltiplas, oriundas de tempos e lugares os mais diversos”.⁶

Mas parece-me mais produtivo, para demonstrar a ausência de parâmetros conceituais mínimos no campo da crítica e da história da historiografia no Brasil, analisar não aqueles autores que eventualmente tenham se dado à aventura de uma análise ou balanço historiográficos, mas sim os que se propuseram efetivamente a empreendimentos historiográficos de maior fôlego.

Nesse sentido, é reconhecido pela comunidade de historiadores brasileiros que um dos maiores trabalhos de crítica historiográfica da década de 1990 no Brasil foi aquele empreendido por Carlos Fico e Ronald Polito, à frente do Centro Nacional de Referência Historiográfica. Na obra crítica da produção historiográfica brasileira da década de 1980, que lançou o projeto, os Autores procuraram definir conceitualmente seus parâmetros de análise, ao proporem um conceito amplo de historiografia, talvez o mais rigorosamente circunscrito em estudos do gênero no Brasil:

Partimos de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social.

Estamos entendendo, então, por historiografia, não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica. O momento da produção do conhecimento, portanto, não se confunde com o de sua disseminação social, ainda que sejam evidentes as possibilidades de ambos se relacionarem.⁷

6 GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 9. Para uma avaliação crítica da obra, ver FALCON, Francisco José Calazans. História e cultura histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 141-144, 1997.

7 FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992. V. 1.

Um tal conceito amplo de historiografia, embora atraente em sua pretensão de tudo abarcar, escapa às definições mais autorizadas que entendem historiografia em sua acepção mais essencial, como “escrita da história”. No caso de um estudo temático como, por exemplo, o que pretendo fazer com a história da historiografia da Independência, aquele conceito abrangente de historiografia, atento às esferas da circulação e repercussão da historiografia no grande público, torna-se inoperante. Com o fim declarado de observar a evolução histórica da disciplina História no Brasil, tendo como eixo temático (ou pretexto) a historiografia da Independência, é o âmbito estrito da produção do conhecimento e do debate acadêmico — codificado em “saber redigido” —, o lugar privilegiado, senão o único, para se observar a evolução de nossa cultura historiográfica: suas transmutações teóricas, metodológicas, ideológicas, narrativas e assim por diante.

O problema da disseminação do tema da Independência, ficando no exemplo indicado, implicaria problemas específicos, de muito diversa natureza, que fogem ao nosso interesse neste momento: como estudar a questão da divulgação (ou da “circulação”, ou “disseminação” como querem Fico e Polito) sem se considerar a questão da construção da memória de uma certa identidade nacional⁸? Acrescerá em muito pouco ao conhecimento da evolução da matriz historiográfica brasileira os aspectos relacionados à sua disseminação social, a análise detalhada do mercado editorial na área de história. Talvez função do caráter do tema da Independência, o Estado e agências culturais não-estatais (como os Institutos Históricos, embora estes estreitamente vinculados àquele) impulsivaram o debate sobre o tema — e em decorrência, o incremento da disciplina — muito mais que o mercado, este último um fator efetivamente relevante de interferência na produção do conhecimento histórico em anos bem mais recentes.

Os Autores de *A história no Brasil* não se furtaram a uma definição clara do que seja “produção” do conhecimento histórico:

*É assim que, para considerarmos a produção histórica, levamos em conta as teses de livre-docência, as teses de doutorado e as dissertações de mestrado defendidas no período em pauta, além dos artigos, instrumentos de pesquisa e transcrições publicados.*⁹

Aqui também tendemos a uma definição mais circunscrita. Diferentemente dos autores, os objetos de análise que se afiguram mais apropria-

8 Como propôs com grande propriedade Noé Freire Sandes com o problema da construção da identidade nacional e Lara Lis Souza com a questão específica da construção da *persona* de D. Pedro no imaginário político brasileiro.

9 FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992. V. 1., p. 22/29.

dos para uma história da historiografia, pelo menos para o caso mencionado da emancipação política brasileira, são as **obras publicadas**. Portanto, restrinjo aqui também meu conceito de produção, e pelas razões seguintes: embora se encontrem publicados muitos trabalhos de qualidade intelectual duvidosa, o inverso não ocorre. Serão pouquíssimos, se os houver, os trabalhos acadêmicos de inquestionável qualidade, que tiveram repercussão e desdobramentos historiográficos em termos de crítica e inspiração a outros congêneres, que não alcançaram as graças do prelo. Se isso chegou a acontecer, seu percentual diante da massa publicada é tão irrisório que não poderá jamais afetar os resultados da pesquisa.

Instrumentos de pesquisa e transcrições, incluídos por Fico e Polito em seu estudo, não parecem muito apropriados porque neles, afinal, não há elementos que possam servir diretamente de indicadores da evolução teórico-metodológica da disciplina história — são, como o nome diz, “instrumentos de pesquisa”.

Ao lado de Fico e Polito, Astor Diehl foi outro grande propulsor da crítica historiográfica brasileira nos anos 1990. A proposta do seu projeto historiográfico está sintetizada no primeiro volume das quatro peças que compõe sua análise da Matriz da Cultura Historiográfica brasileira:

*... a proposta é fazer uma garimpagem e o mapeamento das diferentes tradições da historiografia brasileira, desde meados do século XIX, a fim de compreender de que modo essas tradições representam e podem nutrir e enriquecer reais possibilidades de conquista da modernidade e como essas podem empobrecer ou obscurecer o senso do que seja ou possa ser a modernidade na cultura historiográfica.*¹⁰

Astor Diehl, da Universidade de Passo Fundo (RS), procurou estabelecer as linhas mestras da historiografia brasileira desde sua fundação, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, até o final da década de 1990. Essa análise foi desenvolvida como tese de doutoramento defendida na Alemanha, e dividida em quatro volumes, todos já publicados. O primeiro é breve e denso livro sobre onde o autor estabeleceu os parâmetros teóricos do conceito de “matriz historiográfica” e delineou o corpo completo da obra em seus quatro volumes (Diehl 1993a). O segundo constitui-se na análise da historiografia brasileira desde a fundação do IHGB até os anos 1930 (Diehl 1998). O terceiro (Diehl 1999) procura cobrir desde os anos 1930 até o final da década de 1970. O quarto,

¹⁰ Cf. Astor Antônio. *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 39. Seu projeto e o de Fico e Polito foram pormenorizadamente analisados em MALERBA, Jurandir. Note A Margine — La Critica Storiografica Degli Anni Novanta In Brasile. *Storiografia*, Roma, v.4, p.65-84, 2000.

um dos primeiros a ser publicado, detém-se na avaliação da mudança estrutural da matriz historiográfica brasileira nos anos 1980 (Diehl 1993b)¹¹. Aqui eu me deterei apenas na avaliação deste último título, por ele trazer em si os méritos e os problemas que eu pude detectar na obra de Fico e Polito.

De modo geral, Diehl evoca discussões sobre a evolução recente do debate intelectual da crise da modernidade tal como se desenrola na Europa, e procura “explicar” os desdobramentos da historiografia brasileira a partir desses influxos externos.

O problema é que nem sempre — a rigor, na maioria das vezes —, o que acontece no Brasil se liga de qualquer maneira ao que acontece no Norte (Europa e/ou Estados Unidos), (ou seja, o autor não releva as circunstâncias “internas” da história da historiografia nacional); por outro lado, o autor não procura fundamentar suas afirmações sobre a historiografia brasileira em um levantamento exaustivo — nem ao menos por amostragem — dessa produção, e se limita, quando muito, a analisar uma ou outra obra que, para ele, seria representativa de toda a historiografia. Por exemplo, quando fala da recepção de Weber, Benjamin e Foucault no Brasil... Tentarei demonstrar isso detalhadamente na apreciação de sua obra.

Ao tratar da crise da razão histórica no exemplo do marxismo e da tradição de Max Weber, (Diehl 1993: 16 ss), o autor procura abordar a crise do marxismo por entender que a crise da razão histórica passa pela influência do marxismo no debate sobre a modernidade — e vai ao centro europeu do mesmo. Creio ser ao menos problemático seguir esse caminho para avaliar as influências do marxismo na historiografia brasileira. Segundo o autor, “... a questão da receptividade da teoria, metodologia e ideologia reducionista do marxismo no Brasil tornou-se um componente essencial para o estágio atual da historiografia.” Isso só é verdade em parte — e numa parte bem pequena. Primeiro, porque essa avaliação é impressionista. O marxismo no Brasil não foi só aquele, o reducionista. O autor desconsidera que do marxismo resultou de altíssima qualidade para a historiografia brasileira nas décadas de 1970 e 1980, como, por exemplo, o debate sobre a escravidão colonial ou sobre a história do movimento operário, com todos seus desdobramentos ainda frutíferos. Além do mais, há que se resgatar a formação específica de nossos historiadores, que fundiram várias influências, de Weber, de Marx, de Durkheim, de Foucault... Queiram ou não, podemos dizer que todos os historiadores brasi-

11 DIEHL, Astor Antônio. *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993a; DIEHL, A. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998; DIEHL, A. *A cultura historiográfica brasileira; década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999; DIEHL, A. *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)*. Porto Alegre: Evangraf, 1993b.

leiros são um pouco marxistas. Isso porque não há tema ou período da história do Brasil cuja investigação historiográfica não aponte para alguma matriz marxista fundamental, que tenha resultado em prolixo debate e com o qual qualquer pesquisador tem que se haver.

Mas o maior problema é a falta de embasamento empírico de certas afirmações categóricas, como, por exemplo, no tocante à recepção do marxismo ou da obra de Foucault no Brasil. Analisei isso em detalhe em outro lugar. Aqui, desejo apenas sublinhar que o autor não se pauta em um levantamento realmente exaustivo da produção historiográfica do período analisado. A crítica à avaliação historiográfica levada a cabo por Diehl assenta em sua metodologia: como o autor não se baseia em toda a produção, os exemplos que indica podem ser a exceção e não a regra, de modo a ser impraticável o apontamento de tendências. Isso não é absolutamente um “pecado” deste importante analista historiográfico. É freqüente em autores que se cristalizam em torno de uma matriz teórica, característica particularmente marcante no caso dos foucaultianos.¹²

A grande contribuição do projeto historiográfico de Diehl é a atenção que dá à necessária fundamentação teórica da análise historiográfica, através de seu conceito de “matriz” e, sobretudo, de “cultura historiográfica”, apoiados no sólido argumento da vinculação desses conceitos ao problema da modernidade/modernização/modernismo, cruciais para a compreensão do fenômeno historiográfico no Brasil. Seguindo suas pista, certamente em muito se avançará neste fundamento do conhecimento histórico.

Pela própria vastidão da proposta, o projeto de Diehl é uma obra aberta que aguarda desdobramentos.

3. A prática da crítica historiográfica

O caráter auto-reflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História no conjunto das Ciências Humanas. Embora às vezes nos deparemos com algumas aberrações em contrário, o trabalho histórico profissional exige um exercício de memória, de resgate da produção do conhecimento histórico sobre qualquer tema que se investigue. Não nos é dado supor que partimos de um “ponto zero”, decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, se voltaram a este ou aquele objeto que porventura nos interesse atualmente. Devido a uma característica básica do conhecimento

¹² Como exemplo ver Rago 1994 e 1999, para quem tudo a sua volta, na história e na historiografia, gira em torno de sexo, corpo, loucura, disciplina. Além disso, reitera-se nessas análises o problema da não definição conceitual de “historiografia”, resultando em que os recortes e obras analisadas sejam aleatórios ou tendenciosos das opções ou fetiches teóricos do autor — e não sintomáticos de tendências observáveis através da compilação sistemática da produção historiográfica.

histórico, que é sua própria historicidade, temos que nos haver com todas as contribuições dos que nos antecederam. Essa propriedade eleva a crítica historiográfica a fundamento do conhecimento histórico.

Contudo, não podemos afirmar que, na prática, o exercício da crítica historiográfica tem sido feito dentro de parâmetros ao menos análogos e nem recebido a mesma atenção por parte dos historiadores, sobretudo no Brasil.

Foi Benedetto Croce quem primeiro sistematizou os problemas inerentes à crítica de uma obra do gênero histórico¹³. Segundo o filósofo, a crítica dos livros de história enfrenta dificuldades análogas à crítica dos livros de poesia. Os críticos muitas vezes não sabem como abordar tanto uns como outros e têm dificuldade em perceber qual o fio que os liga a suas mentes; outras vezes, utilizam-se de critérios estranhos e arbitrários, múltiplos, ecléticos e discrepantes; seriam poucos os que julgam retamente com único critério que é o conforme a sua própria natureza.¹⁴

Por isso, Croce procurou lançar as bases metódicas para uma crítica historiográfica conveniente. O julgamento de uma obra de história deveria ser levado a cabo não pela quantidade e exatidão de informações que ela fornece¹⁵. Claro que se deve sempre esperar que as informações dos livros de história sejam **verdadeiras**, senão por outro motivo, por que “a exatidão é um dever moral” dos historiadores. Também não se deve julgar a obra histórica pelo prazer que o livro proporciona, pela excitação ou comoção que provoque; mas simplesmente por sua **historicidade**:

*O julgamento de um livro de história deve fazer-se unicamente segundo sua historicidade, como o de um livro de poesia segundo sua poeticidade. E a historicidade pode ser definida como um ato de compreensão e de inteligência, estimulado por uma exigência da vida prática, que não pode satisfazer-se passando à ação se antes os fantasmas, as dúvidas e a escuridão contra os quais se luta não são afastados mercê da proposição e da resolução de um problema teórico, que é aquele ato do pensamento.*¹⁶

Discutindo o caráter da subjetividade inevitável (“boa” ou “má”) presente na análise histórica, Paul Ricœur afirma que sempre esperamos do historiador um certo tipo de subjetividade, precisamente aquela apropria-

13 Mantendo a tradição italiana, vale a pena conferir todos os ensaios contidos no n. 1 da revista *Storiografia*, editada por Massimo Mastrogregori, que tem por tema justamente “La recensione: origini, splendori e declino della critica storiografica”. Cf. MASTROGREGORI, M. (ed.). *Storiografia*, Roma, v. 1, 1997.

14 CROCE, Benedetto. *A história pensamento e ação*. Trad. Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p.11.

15 “Os recolhidos de notícias chamam-se crônicas, apontamentos, memórias, anais, mas não mais história”. Cf. CROCE, Benedetto. *Op cit.*, p. 12.

16 CROCE, Benedetto. *A história pensamento e ação*, p. 18 ss.

da à subjetividade que convém à história. Como Rüsen sistematizou depois, não se trata de tentar eliminar a subjetividade do ato cognitivo, como um dia iludiram-se os historiadores metódicos. Ela deve entrar na equação, mas como uma subjetividade **exigida** pela objetividade que se espera. Existiria, pois, uma subjetividade boa e uma subjetividade má: para efetuar a separação entre ambas, Ricoeur se apóia em Marc Bloch e sua programática do ofício do historiador.

*A história opera e exige uma objetividade própria, que lhe convém; a maneira como ela cresce e se renova no-lo atesta: procede a história sempre da **retificação** da arrumação oficial e pragmática feita pelas sociedades tradicionais com relação a seu passado. Tal retificação não é diferente do espírito de retificação operada pela ciência física em relação ao primeiro arranjo das aparências na percepção e nas cosmologias que lhes são tributárias.¹⁷*

Portanto, a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração. Quase desnecessário lembrar a ascendência croceana dessa postura, de acordo com a qual cada época levanta suas próprias questões e novas demandas e fórmulas para uma sociedade interrogar para seu passado. A retificação, motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, costuma apoiar-se também em novas descobertas documentais e/ou no alargamento do horizonte teórico-metodológico da disciplina. Desse modo, como ensina Rüsen, cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga ao historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica.

Nessa brecha se instaura a história da historiografia como ramo legítimo do conhecimento histórico. Mas os impasses epistemológicos da disciplina permanecem. Como reflete acertadamente Prof. Arno Wehling, as saídas meramente metodológicas não esgotam a questão. A proposta de Le Goff, de uma pan-história, que incorporasse as contribuições de todas as ciências sociais numa macro-perspectiva, afigura-se ineficiente, bem como as soluções puramente teóricas.¹⁸ Acolhemos com segurança a proposta do Prof. Wehling de encaminhar o aprofundamento teórico da história no sentido do conhecimento da historiografia:

17 RICCEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968. (1955), p. 24.

18 Popper já combatia com a razão a idéia de uma "história teórica" em *A miséria do historicismo*, semelhante a uma "física teórica", o que nos faria recair na velha filosofia da história, conforme o programa setecentista. Lembrem-se os estragos causados, na mesma linha, pela "ciência conceitual" defendida pelos althusserianos. Cf. DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio, 1994. 2 v.

A resposta para o papel de uma epistemologia da história, parecidos, está no momento intermediário da epistemologia “geral” com o mundo revelado pela pesquisa histórica, através da historiografia. Uma análise historiográfica, além dos elementos empíricos, metodológicos, ideológicos, sociais (da sociologia do conhecimento) que revele, pode ser útil “objeto” de investigação para o estudo da construção de um saber histórico que seja análogo aos demais saberes da história da ciência, sem que tenha relações necessárias com a metodologia da história (no sentido de fornecer elementos críticos) e muito menos com a empiria (o que afasta de antemão qualquer tentativa de trabalhar a “filosofia material da história”). (grifos meu — JM) ¹⁹

4. Res gestae e historia rerum gestarum

O estabelecimento de um conceito operacional de “historiografia” requer uma reflexão, breve que seja, sobre as dubiedades que marcam o próprio conceito de “história”. Alex Callinicos indica como origem das deturpações pós-modernas, nas quais a meta-história acaba por absorver aquilo que convencionalmente se pensava como um referente existindo independentemente do discurso histórico, a própria ambigüidade da palavra História. Seguindo as reflexões de W. Walsh, Callinicos lembra que “história” cobre (1) a totalidade das ações humanas passadas, e (2) a narrativa ou relato que delas construímos hoje, ou seja, a “historiografia”. Essa ambigüidade é importante, pois que abre a dois campos distintos da filosofia da história. Tal estudo pode voltar-se, como o foi na forma tradicional, ao curso real dos eventos históricos, a história vivida pelos agentes, no sentido da “experiência histórica”. Também pode, por outro lado, ocupar-se com os processos do pensamento histórico, os meios pelos quais a história no segundo sentido chega — ou constrói — àquela. Portanto, conduz tanto à filosofia da história como à historiografia.²⁰

Em suas reflexões profundas do porquê se escreve e reescreve a história, e particularmente das razões da explosão dessa reescrita na última geração, o filósofo da história Louis Mink caracteriza a história como a última fronteira a ser explorada pela civilização ocidental. A inesgotabilidade da história residiria exatamente naquela dubiedade a que vimos

¹⁹ WEHLING, Arno. Filosofia, metodologia e teoria da história: uma delimitação pelas respectivas origens. In: *A invenção da história; estudos sobre o historicismo*. RJ: EDUFF, 1994, p. 94.

²⁰ CALLINICOS, Alex. *Theories and Narratives. Reflections on the Philosophy of History*. Cambridge: Polity Press, 1995, p. 12 ss.

nos referindo, e que Mink chama do “senso do paradoxo” — o qual, por sua vez, é a grande força intelectual motivadora da filosofia da história hoje em dia:

A surpresa da história, parece-me, assenta em nossa aguda consciência da diferença entre história-como-escrita e história-como-vivido, aqueles dois sentidos do único termo “história” (...) Nós ainda desejamos chamar o conhecimento histórico de uma reconstrução, não de uma construção simpliciter. Não é fácil superar a crença de Ranke, de que a história pode representar o passado wie es eigentlich gewesen (embora parcilmente). Então, nesse aspecto eu penso que nós não alcançamos nada como uma visão coerente de história-como-realidade-passada e de história-como-conhecimento-presente; antes, nós oscilamos entre um lado e outro do paradoxo, às vezes tão rapidamente que facilmente acreditamos que as crenças em ambos os lados são coerentes simplesmente porque nós sustentamos a ambas...²¹

Nesta mesma linha e em outra chave, Armando Saitta, seguindo a reflexão iniciada pelas célebres questões formuladas por Lucien Febvre²², prefere deixar de lado as implicações a elas inerentes, implicações que só podem ser pensadas e respondidas, como vimos Mink fazer, num plano puramente filosófico e necessariamente não-historiográfico. E reforça a ambigüidade do conceito:

*La lengua italiana, al igual que la francesa, unifica en el mismo término dos realidades completamente diferentes: “historia” (en francés *histoire*) significa tanto la historia rerum gestarum como las res gestae; por el contrario, en alemán se utiliza el término *Geschichte* para indicar el complejo de hechos y de acontecimientos u el término *Historie* para indicar el pensamiento histórico y la elaboración historiográfica de esos acontecimientos.²³*

A dupla significação do uso lingüístico moderno de “história” [*Geschichte*] e “história” [*Historie*], que faz com que ambas expressões possam qualificar tanto a conexão entre os sucessos como sua representação, foi aprofundada também por Reinhardt Koselleck. Para o historiador

21 MINK, Louis. *Historical Understanding*. Ithaca: Cornell University Press, 1987, p. 92-94.

22 Porque fazer a história? E, então, o que é a história?

23 SAITTA, Armando. História y Historiografía. In: *Guía crítica de la Historia y de la Historiografía*. México: FCE, 1996, p. 11 e 12. François Hartog retoma o conceito alemão de *Geschichte* de acordo com a formulação original de Droysen, da “história como conhecimento de si mesma”. Cf. HARTOG, F. Arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos; campos e canteiros da história*. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 198 ss.

dos conceitos, tais questões têm tanto um caráter histórico como sistemático:

*O próprio significado de história, que se refere também a saber de si mesma, pode entender-se como a fórmula geral de um círculo pretensamente antropológico que remete a experiência histórica a seu conhecimento, e vice-versa.*²⁴

A convergência entre ambas é histórica, datada: teve lugar a partir do século XVIII. Enquanto singular coletivo, a história é um processo sistemático que marca a experiência da modernidade. Nesse cenário, coincidente com a concepção da “história absoluta” que deu início à filosofia da história, mesclaram-se o significado transcendental de história como âmbito da consciência e da história como âmbito da ação. Paradoxalmente, o surgimento da filosofia da história, singular coletivo, coincide com a consciência da existência de “histórias”, no plural — ou seja, para o reconhecimento da pertinência da historiografia.

5. Em busca de uma definição de historiografia

Frank Ankersmit tem uma definição poética do conceito: “Como um dique coberto por uma camada de gelo no final do inverno, o passado foi coberto por uma fina crosta de interpretações narrativas; e o debate histórico é muito mais um debate sobre os componentes da crosta do que propriamente sobre o passado encoberto sob ela”.²⁵ Essa seria uma expressão estilisticamente formulada de um entendimento corrente em um amplo círculo de historiadores contemporâneos, que alguns críticos denominam de “narrativistas”. A tese principal que sustentam é a do anti-realismo epistemológico, segundo a qual a história é um construto intelectual, um discurso, que não guarda articulação com qualquer referente extra-lingüístico²⁶, com qualquer “mundo histórico” (para usar o adágio diltheyano). Não pretendo entrar no mérito dessa discussão senão na exata medida em que ela incida sobre nossa necessidade de construir um conceito razoável de historiografia.

24 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado*. Para uma semântica de los tiempos históricos. Trad. Norberto Smilg. Barcelona: Paidós, 1993, p. 177 ss.

25 ANKERSMIT, Frank. The Dilemma of Contemporary Anglo-Saxon Philosophy of History. *History & Theory*, 25: p. 26, 1986.

26 ZAGORIN, Perez. History, the Referent, na Narrative: Reflections on Postmodernism Now. *History and Theory*, 38(1):1-24, fev.1998. Ver também as análises críticas às teses narrativistas do Prof. Ciro Cardoso. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997; CARDOSO, Ciro Flamarion. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. *Diálogos*, Maringá, v. 2, n. 2, p. 47-64, 1998; CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 3, p. 01-29, 1999.

Não há dúvida de que a historiografia é uma representação do passado. Há como sustentar uma divergência, contudo, quanto à suposta desvinculação dessa representação de seu referente histórico. Tendo a concordar com Reinhart Koselleck quando afirma, ao pensar a relação entre representação, acontecimento e estrutura, que as questões acerca da representação, acerca de até que ponto a *Historie* narra quando descreve, apontam, no âmbito do conhecimento, para diferentes tramas temporais do movimento histórico. O descobrimento de que uma “história” está desde sempre já pré-formada, eu diria “prefigurada”, extra-lingüisticamente “não apenas limita o potencial de representação, como também reclama do historiador **estudos objetivos de existência das fontes**”.²⁷ Quero insistir, neste sentido, na necessária articulação da historiografia com a história, da *Historie* com a *Geschichte*.

A “paternidade” da história e da crítica historiográficas, que lançou as bases desse tipo de investigação, costuma ser atribuída ao filósofo e historiador italiano Benedetto Croce. Suas formulações elucidam o caráter histórico da historiografia, que faz dela um meio dos mais ricos para se conhecer as sociedades passadas. Para ele, a historiografia é sempre e essencialmente contemporânea:

*Toda história é contemporânea; prova-o a existência da historiografia. O crivo dessa deliberação é o interesse de um historiador ou de uma sociedade.(...) sua condição de existência é a inteligibilidade do próprio fato “para nós”, “que ele vibre na alma do historiador”, através dos **documentos**; sempre ligado a seu fato haverá um feixe de narrativas, de acordo com suas potencialidades para fazer-se sempre vivo e atual — e as narrativas (historiografia) que se formam vão se tornando elas próprias fatos documentados de outros tempos, a serem interpretados e julgados.*²⁸

Jörn Rüsen, tratando da distinção entre “realidade” e “imaginação”, concorda com Croce, no sentido de que a narrativa constitui a consciência histórica na medida em que evoca **lembranças**, no trabalho de interpretação das experiências do tempo. O mergulho no passado será **sempre dado pelas experiências do tempo presente**. Tal idéia é reiterada em outros momentos de sua obra, como quando reflete sobre a metodização do pensamento histórico:

27 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado*. Para uma semântica de los tiempos históricos. Trad. Norberto Smilg. Barcelona: Paidós, 1993, p. 141.

28 CROCE, B. História e Crônica. *Apud* GARDNER, P. *Teorias da história*. Trad. Lisboa: Fundação Kalouste Goulbenkian, 1993.

*É sabido que as histórias sempre são escritas e reescritas, de acordo com o contexto social em que vivem os historiadores e seu público. É igualmente sabido, todavia, que as histórias não são apenas reescritas, mas também — ao menos na perspectiva do longo prazo — mais bem escritas, desde que a metodização de sua garantia de validade se tornou científica. Elas se tornam melhores no sentido de que, ao longo do desenvolvimento da história como ciência, nós passamos a conhecer o passado melhor e com mais precisão.*²⁹

Croce foi um dos pioneiros na reflexão do porque se reescreve a história a cada geração. O historiógrafo italiano Armando Saitta, seu discípulo, retoma a questão de porque se reescreve constantemente a história, a “humanidade” do historiador, a sempre contemporaneidade da história (*veritas filia temporis*). Não obstante ser conformada por “versões”, às vezes antagônicas, nem por isso ela deixa de ser objetiva. Diferentemente do que pode acontecer nas ciências naturais, na história dificilmente uma obra histórica é totalmente “superada”, até porque ela se torna documento de uma época: há sempre algumas páginas que resistem à crítica mais inclemente.³⁰

As definições de historiografia, pois, tendem a entendê-la como produto resultante da prática dos historiadores em geral. E não há motivo para se questionar, a princípio, tal definição, esposada por renomados historiadores da história como Charles Olivier Carbonell:

*O que é historiografia? Nada mais que a história do discurso — um discurso escrito e que se afirma verdadeiro — que os homens têm sustentado sobre o seu passado. É que a historiografia é o melhor testemunho que podemos ter sobre as culturas desaparecidas, inclusive sobre a nossa — supondo que ela ainda existe e que a semiamnésia de que parece ferida não é reveladora da morte. Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projeta para trás de si a sua própria imagem.*³¹

Carbonell nos oferece, nessa generosa definição, uma proposição de método: a historiografia é um produto da história e revela com clareza a sociedade que a gerou.

29 RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001, p. 129.

30 SAITTA, Armando. História y Historiografía. In: *Guía crítica de la Historia y de la Historiografía*. México: FCE, 1996. (Breviários 480), p. 15-18. Não obstante as ressalvas que faz, rogando não confundir-se suas propostas com o “presentismo a la Croce ou Collingwood”, Josep Fontana firma sua tese de que toda análise histórica alicerça-se num projeto de futuro; em outras palavras, reafirma a adesão das análises do passado aos imperativos do presente: “Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Seleciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua seqüência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la.” Cf. FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Trad. Luiz Roncari. Bauru: Edusc, 1998, p. 9.

31 CARBONELL, Charles Olivier. *Historiografia*. Trad. Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1987.

Destacados filósofos da história, como Jörn Rüsen e Agnes Heller concebem a “Historiografia” (“escrever história” no sentido mais amplo da palavra), assim também a filosofia da história, como objetivações que aspiram a compreensão da história, como formas elaboradas e diferenciadas da consciência histórica. Segundo Heller, elas refletem sobre a história; o objeto de sua investigação é a história *sensu stricto*.

*A historiografia, assim como a filosofia da história, está sujeita à historicidade, ou seja, a mudança em seu próprio objeto, mas é uma empresa contínua há 1500 anos. A filosofia da história, porém, surgiu em um estágio da consciência histórica relativamente recente. Enquanto a historiografia é insubstituível, a filosofia da história é apenas uma subespécie da filosofia, não uma objetivação independente: pode ser substituída por outros gêneros filosóficos.*³²

Rüsen, por sua vez, que define Historiografia como produto intelectual dos historiadores, reafirma tanto a historicidade da historiografia quanto sua efetividade textual. Para o historiador alemão, com efeito, o conhecimento científico obtido pela pesquisa exprime-se na historiografia, para a qual as **formas de apresentação** desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa.³³ Os processos de pesquisa do conhecimento histórico, metodicamente regulados, culminam nas formas de apresentação, entendidas como quarto fator do pensamento histórico, ao lado do interesse, dos critérios de ação e do método de pesquisa empírica. Ainda que freqüentemente negligenciadas como menos importantes ou até mesmo “externas” à ciência, elas fazem parte do trabalho do historiador. Não se resumem a mero resultado dos fatores anteriores, embora a obtenção do conhecimento histórico empírico a partir das fontes, pela regulação de métodos, tenda, por princípio, a tornar-se historiografia. Ela mesma é um produto da pesquisa histórica.

Sendo originária de uma necessidade da consciência histórica de orientação temporal no mundo, Rüsen demonstra a impropriedade de se pensar a historiografia como mera representação³⁴:

O trabalho da consciência histórica é feito em atividades culturais específicas. Eu gostaria de chamá-las práticas de narração histórica. Por meio dessas práticas a “historiografia” torna-se parte da cultura e um elemento necessário da vida humana. Qualquer com-

32 HELLER, Agnes. *Teoria de la Historia*. 5 ed. Trad. Javier Honorato. México:Fontamara, 1997, p. 177.

33 RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001, p. 33 ss.

34 Para uma discussão aprofundada do conceito, ver CARDOSO, Ciro, MALERBA, J. *Representações; contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

*paração intercultural tem que sistematicamente levar em conta essas práticas e tem que interpretar formas específicas da atividade cultural universal de fazer sentido do passado por meio da narração.*³⁵

Nesse reino das várias *práticas culturais de narração histórica* e das diferentes manifestações do construto mental chamado história, “historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado limitada ao meio da *escrita*, com suas possibilidades e limites. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizada por um certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função numa ordem política e social.

*Historiografia é uma maneira específica de manifestar a consciência histórica. Ela geralmente apresenta o passado na forma de uma ordem cronológica de eventos que são apresentados como “factuais”, ou seja, como uma qualidade especial de experiência. Para propósitos comparativos, é importante saber como essa relação aos assim chamados fatos do passado é organizada e apresentada. Uma outra característica da historiografia é sua forma lingüística. Ela é apresentada em verso ou em prosa? O que esses dois modos de apresentação de escrita indicam? É essa distinção a mesma através das fronteiras culturais? Na cultura ocidental, prosa indica uma certa racionalidade, um modo discursivo da experiência do passado na base de uma idéia integradora de sentido e evidência empírica.*³⁶

Uma definição técnica do conceito, com vistas a torná-lo operacional no campo da pesquisa em história da historiografia, é proposta por Paul Ricœur. Para o filósofo, é na fase escritural da atividade de investigação que se declara plenamente a intenção precípua do historiador de representar o passado tal como ele se produziu (“*wie es eigentlich gewesen*”, conforme o adágio rankeano) — qualquer que seja o sentido que se atribua a “tal como”.

Eu prefiro finalmente o termo “fase”, na medida em que, na ausência de uma ordem cronológica de sucessão [na investigação], ele sublinha a progressão da operação quanto à manifestação da in-

35 RÜSEN, Jörn. Some Theoretical Approaches to Intercultural Comparative Historiography. *History & Theory*, v. 35, n. 4, p. 5-22, 1996. Citação na p. 13.

36 Idem, p.18.

*tenção historiadora de reconstrução verdadeira do passado. Não é senão na terceira fase, com efeito, que se declara abertamente a intenção de representar a verdade das coisas passadas, por que se define face à memória o projeto cognitivo e prático da história tal como a escrevem os historiadores de ofício.*³⁷

O termo “historiografia” é empregado especificamente para a terceira fase, da representação escrita, o produto final da produção histórica.

*Eu o emprego [o termo historiografia], tal como Certeau, para designar a operação mesma em que consiste o conhecimento histórico depositado na obra. A escolha do vocabulário tem uma vantagem maior que não surge quando se reserva essa denominação à fase escritural da operação, como sugere a própria composição da palavra: **historiografia, ou escritura da história**. A fim de preservar a amplitude do emprego do termo historiografia, eu não chamo de escritura da história à terceira fase, mas fase literária ou escritural, já que se trata de um modo de exposição, de demonstração, da exibição da intenção historiadora inscrita na unidade de suas fases, a saber a representação presente das coisas ausentes do passado. A escritura, com efeito, é o solo da linguagem que o conhecimento histórico nos franqueia, em seu enlaçamento da memória para vivenciar a tripla aventura do arquivamento, da explicação e da representação.(grifo meu JM)*³⁸

Os esforços de Rüsen no sentido de uma metodização da operação histórica acabam aproximando seu conceito de historiografia com o de Paul Ricœur. Para o teórico alemão, a historiografia teria passado a um segundo plano em função da proporção que a pesquisa ocupou na operação histórica e o papel da teoria é justamente o de questionar isso: ela deve refletir sobre as formas de apresentação como um dos fundamentos da ciência histórica e valorizar a historiografia como seu campo específico. Nesse sentido, a teoria da história não se resumiria uma teoria da arte de escrever história, mas “enuncia os princípios que consignam a pretensão de racionalidade da ciência histórica de tal forma que eles valham também para a historiografia”. Assim, a teoria ganha uma função nova: a de racionalizadora da pragmática textual exercida pela teoria da história na historiografia. A historiografia passa a ser, desse modo, parte integrante da pesquisa histórica, cujos resultados se enunciam, pois, na forma de um “**saber redigido**”.³⁹

³⁷ RICCEUR, Paul. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000, p. 168, 170-2.

³⁸ Idem, p. 171.

³⁹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001, p. 45.

6. Considerações finais

Do que pudemos rapidamente refletir acerca do conceito de historiografia, enquanto produto intelectual dos historiadores, mas antes enquanto *práticas culturais* necessárias de orientação social — portanto, enquanto produto da experiência histórica da humanidade —, podemos concluir que ela se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica. Talvez função desta mesma interpolação que lhe é inerente, resulta a permanente dificuldade em circunscrever a historiografia enquanto legítimo campo de investigação. Ela estará sempre, dado seu próprio estatuto, vinculada a uma história das idéias e dos conceitos, portanto, uma história necessariamente conceitual. Mas Koselleck já ensinou como fazê-la, mostrando como os conceitos não são castelos no ar. Inscreveu, assim, a história da historiografia no campo da história social. Ela está toda aí, virgem, a nossa espera.

jurandir_malerba@terra.com.br.